

# ELE-E-ELA NUS PARA TODA A GENTE

*Jorge Fernandes da Silveira*

Todo texto é a história das suas leituras, quero dizer, das suas próprias leituras e das leituras sobre ele.

A partir deste enunciado básico, às vezes me pergunto se o caso da heteronímia pessoana não está a ser cada vez mais uma questão de intertextualidade (a convocar sempre outros nomes de fora) do que prioritariamente uma discussão interna em torno desta poderosíssima intratextualidade múltipla: a ficção dos heterônimos tramada por Pessoa, outrora escondida na mítica arca da tia, e pesquisada agora na Biblioteca Nacional de Lisboa. Como matéria de leitura que são, Pessoa e os seus outros eus vivem um intenso e interessantíssimo processo de dispersão. Dispersão surpreendentemente expansiva, na medida em que certa literatura portuguesa contemporânea transforma certos heterônimos em personagens ou figuras das suas próprias ficções. Multiplicando-o dentro de um critério inteiramente contrário, por exemplo, ao do pesquisador de uma edição crítica, que procura a unidade de estilo que distinga um heterônimo do outro, esses novos ficcionistas desconstroem não só uma possível identidade ideal e primitiva para cada heterônimo como também — e sobretudo — desautorizam Fernando Pessoa como o centro da invenção, o ponto de convergência das divergências finitas. O simulacro alarga-se a tal ponto que, hoje, falar de Pessoa, Reis e Campos implica a desconstrução de modelos de análise. Com toda a certeza, as obras completas de Fernando Pessoa são e serão a maior ficção da literatura portuguesa deste século. Mas, a meu ver, é preciso historicizar esta ficção. O drama de Camões foi perceber que a sua ficcionalização da história (a narração da viagem do Gama às Índias) já estava a se transformar na historicização da sua ficção (*Os Lusíadas* transformados na imagem absoluta de Portugal). O drama em gente de Pessoa, seus heterônimos, talvez esteja a exigir, em outros termos, a historicização da sua ficção.

Tomando Pessoa como passagem para Camões, temos de assistir, aqui e agora, ao drama do gênio do século XVI. Com toda a certeza, um dos passos

mais importantes — se não, o fundamental — diz respeito à *Recepção* da sua obra, à leitura d'*Os Lusíadas*.

São célebres os versos que compõem a estrofe 145 do Canto X (No mais...), versos onde Camões, com todas as letras, proclama o insucesso da viagem poética proposta em torno da bem sucedida viagem épica do Gama; não menos conhecidos — talvez menos citados — são os versos que vêm nas estâncias finais do Canto V; neles, o Poeta antevê o motivo do fracasso poético ao final: comparando a sua Proposição à dos seus predecessores greco-latinos, sabe que o que as distingue é nada mais nada menos do que a *Recepção* ao canto épico, o valor dado ao louvor e ao levantamento da nacionalidade.

Ao fim e ao cabo, Camões se diz um Poeta nas tormentas, quer dizer, sem leitores.

Camões, para sempre, é uma jóia rara que todos trazemos no peito há muito. Prefiro, portanto, ao invés de repetir-lhe os versos, ler versos de outro poeta e passagens de outro ficcionista. Eles, na verdade, são duas das maiores escritoras portuguesas deste século: Luiza Neto Jorge, a poeta, e Maria Gabriela Llansol, a ficcionista.

Leitores há, Camões! São muitos e bons. Eu não posso, contudo, traçar-lhes o perfil histórico e cultural. Dessas autoras, o que delas leio, porém, tem tudo a ver com o propósito desta mesa-redonda. Luiza e Llansol exercem com maestria invulgar esta vocação da melhor literatura portuguesa contemporânea: uma vocação de leitura atenta, e por isso mesmo inovadora, uma vontade de dar voz, dando-lhe outros contornos, ao silêncio (a derrota) que o Poeta invoca à musa, já que pela ausência de recepção (insisto) tem

A lira destemperada e a voz enrouquecida  
E não do Canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente surda e endurecida.

X, 145

De Maria Gabriela Llansol leio passagem do *Diário 1, Um Falcão no Punho* (1985), em que ela registra, sintomaticamente, o teor da matéria que nos interessa. O ponto ótimo para a serenidade na crise está numa relação de reciprocidade entre o livro da identidade nacional e o seu próprio sujeito de interesse: o leitor português, centro irradiador de cultura

Hoje comecei um trabalho de sincretismo com *Os Lusíadas*; há um escolho — tantos anos de lugar-comum de admiração coletiva; falei com o Augusto e, como eternamente, ele tenta ajudar-me a alcançar a parte serena da crise, e sugere-me um programa de recolha das minhas intuições a partir dos *Lusíadas*.<sup>1</sup>

Um esclarecimento importante: “dos *Lusíadas*”, no final da citação, é expressão que se refere aos portugueses, e não ao livro, referência no início da citação. Avancemos nesta *recolha* d'*Os Lusíadas*, a partir do escolho “dos *Lusíadas*”.

Este desejo de levar o Poeta, o Livro, ao encontro do seu leitor, os Lusíadas, atinge em passagem de *Da Sebe ao Ser* (1988) um dos seus momentos mais fulgurantes. É, como diz a Autora, uma “cena fulgor”, ou seja, é a sua insistência na arte de representação não-realista, mais que isso é a reivindicação da Arte em geral, da literatura, em particular, do seu caráter de *mimesis*, de verossimilhança, numa palavra, de ser chama, “uma cena fulgor”. Da “cena fulgor audível”, que leio, chamo a atenção para o magnífico duelo de interpretação que é, literalmente, pôr em boca de Comuns, o Pobre, e de Vê Gama (assim Llansol os chama: Camões e Vasco da Gama) a questão capital da derrota camoniana, a morte do canto, da rota poética no final do Poema: a tensão entre a história no poema (a viagem do Gama às Índias) e a ficção do poema (o relato daquela viagem). Quem é o verdadeiro sujeito da História no poema? Qual a razão que moveu a glória nacional? Neste, Comuns, o Pobre, inventado por Llansol, há uma força que ao outro falta: a força de auto proclamar-se sujeito de sua própria aventura, de, no grito, fazer-se reconhecer autor, não da história de Portugal (terrível destino que todos os totalitarismos portugueses lhe impuseram), mas sim autor da mais extraordinária forma de ficção sobre um acontecimento tutelar, incomparável, na História de Portugal. Aqui, o que é comovente, é o fato de ser a *recepção do poema* um ato de justiça: dar o seu ao seu dono.

### *Uma cena fulgor audível*

133. Mas houve uma *cena fulgor* audível, posterior, de rara pujança e violência: Vê Gama junto de Comuns, o Pobre, sentados em frente um do outro, no átrio dos visitantes, com a mesa de pedra entre eles:
- Eu já te tinha visto antes.
  - Sim, eu também, eu já o tinha escrito antes.
  - Tu também escreves, como ela?
  - Não, ela copia o que lhe dito.
  - Estou a ver que, aqui, toda a gente escreve!
134. o frade a velha calada, a louca. Ainda bem que essa não anda agora por aqui. E tu, o que escreves?
- A sua viagem. Foi por isso que, finalmente, voltou.
  - A minha viagem? Para isso não precisei de ti. Bastaram a vontade do Rei e o ouro dos judeus.
  - Isso, o quê? Até que eu o escreva, isso o que foi?
  - Alarguei o Império do avô deste rei, que alanco
135. e me dá sombra.
- Sim, encontrou maneira de roubar mercados aos maometanos.
  - Eram essas as ordens.

— Fedelhices.  
— O quê?  
— Ir descobrir um planeta, por causa da pimenta!  
Obrigam tantos homens a serem heróis só para que o rei de  
um reino minúsculo sentisse aumentar o seu fasto e poderio.<sup>2</sup>

E a palavra, com que Comuns aprecia a construção desta cena (claramente um jogo de articulações múltiplas, em que a figura da narradora é notável), *cópia* é, no fundo, a matéria que interessa à literatura desde sempre. A isso hoje chamamos desconstrução, há pouco era intertextualidade, já foi fonte, inspiração, e até plágio. Como sabemos, entre o mítico e o histórico é onde sempre há de estar o literário. A meu ver, nenhum outro soube como Cesário Verde falar neste intervalo entre o mítico e o histórico. É ele, Cesário, incontestavelmente, o primeiro grande leitor de Camões, no que respeita a uma recepção inteligente do impasse camoniano. Leio, mais uma vez, estrofe paradigmática d' *O Sentimento dum Ocidental*”

E *evoco*, então, as crônicas navais:  
Mouros, baixéis, heróis, tudo ressuscitado!  
Luta Camões no Sul, salvando um livro a nado!  
Singram soberbas naus que eu não verei jamais!<sup>3</sup>

O mítico salvamento do livro a nado estará para sempre ligado ao histórico naufrágio de Camões. O que interessa, sabemos, não é a morte civil do Autor, é o sentido da sua morte cultural. Morte por ele mesmo anunciada. A sabedoria de Cesário, está em perceber que só há um Camões: aquele entre o que ele mesmo disse e o que dele se diz. Há, contudo, um ponto cego no último verso da estrofe citada. A recepção de Camões implica um critério de escolha em relação àquilo que é de interesse para o futuro. Uma escolha, uma recolha, no escolho, como diz Llansol.

Ao publicar, em 1969, os seus *Dezanove Recantos*, Luiza Neto Jorge é, a meu ver, a mais exemplar primeira intérprete dessa seleção inteligente do passado que interessa ao futuro.

*Os dezanove recantos* são declaradamente uma releitura dos 10 cantos d' *Os Lusíadas*. Dez dobrados em menos um, já que somam 19. Portanto, aqui, o vazio, o um menos, já significa de saída. Leio a “Proposição” e o “Recanto 19”: o primeiro e o último recanto. Tenho que os ler meio de pressa. Sei que vamos ficar todos a querer mais.

## RECANTO I

Proposição:  
Contorno-vos. Socorre-se a terra de mim  
para vos contornar.

Enquanto se gastam montanhas  
e a beleza se define como um sapato na relva  
e a bondade é um mar  
em contra-luz

vosso contorno vence  
o meu poder.

Poder que vos destoca, dinamite.<sup>4</sup>

É este um modo de estar num canto, num recanto, num recanto de paisagem, quero dizer, num recanto de linguagem. Primeiro recanto dos 19 recantos da *Recepção* a *Os Lusíadas*. Por isso, aqui, na ação de retorno, há um contorno, um novo corpo de palavra que se vai esclarecendo / perfazendo à medida que avança no canto de outrem, numa paisagem anterior. Há, nele, recanto, por ser semelhante e diferente, concerto e desconcerto, contorno e retorno, a mesma forma e outra força, luz e sombra que, na repetição, anunciam a transgressão: à contra-luz, o mar, desfocado, é a matéria-prima da transformação: “dynamite”. Fulgor que ilumina o poderoso jogo de trocas entre sujeito e circunstância, entre sujeito e objeto, numa letra que, literalmente, se diz no litoral.

#### RECANTO 19

Vejo por fim alguém morrer  
que era uma pessoa a inventar uma escrita  
a sorrir inventando letras para o relato de tudo  
o que na neve é níveo e  
do que nas letras há de esferas a rolar  
de um para o outro lado da invenção

alguém que à hora a que estou tinha a dizer  
que a sua liberdade era precisa como a pata de um  
pássaro  
pisando o solo  
ou (flash) o amor impreciso como outro pé ou  
pássaro a morrer de uma doença  
fosforescente

ou: que Ele-e-Ela sorriam ambos nus para toda a gente.  
Que ambos usavam o melhor sabão para a pele.

ou: que no seu canto, pois, cantava.

Assim termina.<sup>5</sup>

“Assim termina” este belíssimo recanto, em que está escrita a habilidosa leitura de reconhecer em Camões o seu modo mais experiente de ser: a invenção de uma escrita em que celebra a essência natural das coisas (“o que na neve é nível”) como passagem para a transformação cultural desses mesmos elementos primários (“do que nas letras há de esferas a rolar/de um para o outro lado da invenção”). Entre o literal e o metafórico, a linguagem é uma máquina do mundo em permanente trabalho de evoluções. A morte, aqui nomeada, é, euforicamente, uma morte temporária, aquela que está no fim que se tem de dar a toda escrita, na certeza, contudo, de que há, na recepção pela leitura, um permanente movimento de ir ao encontro de outros cantos, novos recantos, cantos do canto, *interlocução* de sujeitos (Autor e Leitor) concertados: “Ele-e-Ela sorriam ambos nus para toda a gente”. Sim: Ele e elas, leitores na berlinda, quero dizer, leitores literalmente no litoral das significações do mundo.

### Notas

1. LLANSOL, Maria Gabriela. *Um Falcão no Punho*. Lisboa: Rolim, 1985. p. 41
2. \_\_\_\_\_. *Da Sebe ao Ser*. Lisboa: Rolim, 1988. p. 62-3
3. SILVEIRA, Jorge Fernandes da. *Cesário Verde, todos os poemas*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995. p. 117
4. JORGE, Luiza Neto. *Poesia (1960-1989)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993. p. 175
5. Idem. p. 204